



1885 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

O PIBID E A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: INOVAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?
Ângela Maria Silveira Portelina - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Egeslaine de Nez - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Luciane Spanhol Bordignon - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/FACULDADE DE EDUCAÇÃO

O PIBID E A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: INOVAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Nos últimos anos, encaminhamentos foram construídos pelas universidades e pelo Ministério da Educação (MEC) para a melhoria da qualidade da Educação. Especificamente para a formação de professores, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Tal programa, criado em 2007, foi sendo ampliado e estendido à todas as licenciaturas com crescente número de bolsas a partir de 2014. No final de 2017, o MEC lançou a nova Política Nacional de Formação de Professores redimensionando a racionalidade que estava sendo construída. Assim, este ensaio objetiva compreender o processo de transição do Pibid relacionado ao Programa da Residência Pedagógica instituído, em 2018, pelo atual governo. O procedimento metodológico baseia-se na reflexão teórico-contextual sobre as tensões históricas da formação de professores; e na abordagem analítica resultado da crítica a esse processo. A conclusão reforça a importância de uma política nacional de formação de professores articulada aos sistemas de ensino e as instituições formadoras; e não apenas utilizada para referendar uma determinada política de governo pautada em um projeto específico.

O PIBID E A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: INOVAÇÃO OU REORGANIZAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Resumo: Nos últimos anos, encaminhamentos foram construídos pelas universidades e pelo Ministério da Educação (MEC) para a melhoria da qualidade da Educação. Especificamente para a formação de professores, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Tal programa, criado em 2007, foi sendo ampliado e estendido à todas as licenciaturas com crescente número de bolsas a partir de 2014. No final de 2017, o MEC lançou a nova Política Nacional de Formação de Professores redimensionando a racionalidade que estava sendo construída. Assim, este ensaio objetiva compreender o processo de transição do Pibid relacionado ao Programa da Residência Pedagógica instituído, em 2018, pelo atual governo. O procedimento metodológico baseia-se na reflexão teórico-contextual sobre as tensões históricas da formação de professores; e na abordagem analítica resultado da crítica a esse processo. A conclusão reforça a importância de uma política nacional de formação de professores articulada aos sistemas de ensino e as instituições formadoras; e não apenas utilizada para referendar uma determinada política de governo pautada em um projeto específico.

Palavras-chave: Formação de professores. Pibid. Residência Pedagógica.

Notas introdutórias

É inegável a crucialidade da formação docente para que haja uma melhoria efetiva na educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades. Os desempenhos recentes em testes nacionais e internacionais, pelos alunos de distintas etapas de ensino, amplamente divulgados pela imprensa e comentados além dos muros acadêmicos, em análises que adentram o mundo jornalístico, acrescentam verniz a um elenco de argumentações lógicas que urgem por maior qualidade de abordagem. Não surpreende, sob tais perspectivas, que a formação docente seja temática recorrente na Educação. Esta é uma preocupação latente nas investigações recentes e na literatura da área, provocando debates que são encaminhamentos de propostas acerca da formação inicial e continuada de docentes.

Aos desafios colocados para elevar a qualidade na formação inicial e continuada de professores, novas respostas foram sendo construídas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e suas unidades num movimento de criação de um fértil debate ao longo dos anos. Uma das respostas dadas pelo Ministério da Educação, com intuito de atender a essas demandas, foi a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), uma ação conjunta entre Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conforme edital MEC/CAPES/FNDE, de 12 de dezembro de 2007, a finalidade do programa, nessa primeira chamada, consistia em “fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública.” Inicialmente, o Pibid incentivou a formação de professores para a Educação Básica, especialmente para o Ensino Médio. Com a avaliação positiva o programa contemplou, conforme editais Nº 02/2009 – CAPES/DEB /PIBID, Nº 018/2010/CAPES, Nº 001/2011/CAPES, Nº 011/2012/CAPES e Nº 061/2013/CAPES, licenciaturas das diversas áreas do conhecimento estendendo-se para as várias etapas e modalidades da Educação Básica, possibilitando também a participação das IES estaduais e particulares.

Segundo Barreto (2016), entre 2013 e 2014, o Pibid foi avaliado externamente, com apoio da Unesco, resultando na ampliação do Programa “[...] Em 2014, alcançou 90.254 bolsistas, em 855 campi de 284 instituições públicas e privadas” (BARRETO, 2016, p. 103). No entanto, em meados de 2017, uma “nova” Política Nacional de Formação de Professores foi lançada pelo MEC. A medida do governo se alinha às suas prioridades que são a consolidação da BNCC e a reforma do Ensino Médio.

Desse modo, este ensaio teórico problematiza quais os avanços e os retrocessos dos programas voltados à formação inicial de

professores especificamente o Pibid e a Residência Pedagógica. Assim, busca compreender o processo de transição do Pibid e a abertura do novo programa a Residência Pedagógica (atual programa do governo ofertado junto com o Pibid). O procedimento metodológico adotado baseou-se na reflexão teórico-contextual, na qual são focalizados aspectos do debate sobre as tensões históricas relacionadas à formação de professores; e na abordagem analítica resultado de um estudo crítico desse processo.

Busca-se, neste sentido, refletir sobre o processo de transição entre programas voltados à formação inicial de professores, num momento bastante adverso, cuja pauta tem reforçado a redução de políticas sociais e a retirada de direitos. Assim, tem-se a clareza que muitas questões não serão desveladas, pelo fato das reflexões estarem situadas em um contexto político extremamente “tenso” e “instável”.

Um programa de sucesso: o Pibid

A universidade como instituição do conhecimento por excelência possui força estratégica na produção do conhecimento (FRANCO, 2009). Não é de se surpreender que tal instituição seja marcada por contradições e embates, até porque este conhecimento é criado nas mais distintas áreas e campos disciplinares, cujos estatutos epistemológicos possuem difícil articulação.

Nestes embates, formar professores torna-se um compromisso com a sociedade, no sentido de abrir caminhos para as futuras gerações. Em dependência do caminho seguido, significa avanços, inovações, novas perspectivas, mas que também traz subjacente a possibilidade de se repetir o que já existe. Para Krahe (2007) frente a essas possibilidades, e às mudanças vertiginosas pelas quais passa a contemporaneidade, as reflexões sobre formação de professores merecem cada vez mais atenção e cuidado.

Nessa perspectiva, analisar os desdobramentos de políticas voltadas à formação de professores é fundamental quando se objetiva a qualidade da educação. Assim, o propósito deste estudo é analisar o Pibid e as repercussões de suas ações no âmbito formativo objetivando tensionar um momento avaliativo sobre a transição para o Programa da Residência Pedagógica.

O Pibid, criado em 2007, teve como objetivo geral conceder bolsas de iniciação à docência aos estudantes dos cursos presenciais de licenciatura, aos professores dos cursos de licenciatura das IES, aos supervisores, professores da Educação Básica e aos responsáveis institucionalmente pelo Programa.

Tal iniciativa, de caráter inovador, destinava-se a potencializar a articulação entre a Educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais de Educação Básica. Os desdobramentos dos objetivos do Programa contemplavam:

- a) incentivar a formação de professores para a Educação Básica, especialmente para o Ensino Médio; b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente; c) promover a melhoria da qualidade da Educação Básica; d) promover a articulação integrada da Educação Superior do sistema federal com a Educação Básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial; e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas das instituições federais de educação superior; f) estimular a integração da Educação Superior com a Educação Básica no Ensino Fundamental e Médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública; g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação, e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem; h) valorizar o espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica; i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola (BRASIL, 2013, p. 01).

As bolsas foram divididas em cinco modalidades para estudo e pesquisa adequadas as seguintes condições: coordenação institucional (uma bolsa por projeto); coordenação de área (permitida a concessão de uma bolsa para cada subprojeto); coordenação de área de gestão de processos educacionais (concedida uma bolsa por projeto institucional para o coordenador de área de gestão de processos educacionais); supervisão (uma bolsa para supervisor para até, o mínimo de 5 e o máximo de 10 alunos por supervisor); e iniciação à docência (para estudantes da licenciatura) (BRASIL, 2013).

O Programa teve como intenção unir as secretarias de educação e as IES, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estivessem abaixo da média nacional, de 4,4. As propostas do Pibid sinalizavam para o incentivo à carreira do magistério nas áreas da Educação Básica com maior carência de professores com formação específica, sendo elas: Ciências e Matemática de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, bem como Física, Química, Biologia e Matemática no Ensino Médio (BRASIL, 2013).

Os projetos poderiam ser apresentados por Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior, além dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que possuíssem cursos de licenciatura e que estivessem de acordo na avaliação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Deveriam promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvessem atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente e de um professor da escola (BRASIL, 2013).

Em 2012, participaram do Pibid cento e noventa e cinco Instituições de Educação Superior de todo o país, desenvolvendo duzentos e oitenta e oito projetos em aproximadamente quatro mil escolas públicas de Educação Básica através das universidades, dos Institutos Federais, das Faculdades e dos Centros Universitários, das quais 27% situavam-se no sul do País (BRASIL, 2013).

Salienta-se que na região Sul do Brasil o número de instituições participantes do Pibid, em 2012, totalizou trinta e oito universidades, seis institutos federais de educação, duas faculdades e seis centros universitários, totalizando cinquenta e duas participações. Ver detalhes da distribuição das bolsas no quadro que segue:

Quadro 1 – Bolsas concedidas em 2012

TIPO DE BOLSA	TOTAL
Iniciação à Docência	40.092
Supervisão	6.177
Coordenação de Área	2.498
Coordenação de Área de Gestão	266
Coordenação Institucional	288
TOTAL	49.321

Fonte: CAPES (2013)

Nos últimos dados divulgados no site do Pibid, podem-se verificar as seguintes informações detalhadas sobre o quantitativo de bolsas concedidas, em que se observa um crescimento significativo de quase 100% entre 2012 e 2014.

Quadro 2 – Bolsas concedidas em 2014

TIPO DE BOLSA	TOTAL
Iniciação à Docência	72.845
Supervisão	11.717
Coordenação de Área	4.924
Coordenação de Área de Gestão	455
Coordenação Institucional	319
TOTAL	90.254

Fonte: CAPES (2018)

Em um estudo avaliativo da Fundação Carlos Chagas, Gattiet *all* (2014, p. 5) identificaram que: “Os alunos de licenciatura exercem atividades pedagógicas em escolas públicas de Educação Básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para aproximação entre Universidade e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira”. O aumento gradativo de bolsas, que é nítido nos quadros acima, corrobora com essa análise de distribuição de fomento e interlocução da universidade com a escola.

Sintetizando algumas das reflexões que podem ser realizadas nesse momento, é possível afirmar que o Pibid:

- É um marco regulatório com forte característica de ação estratégica criado para enfrentar a questão da melhoria do ensino nas escolas públicas;
- Tem característica articuladora entre os envolvidos na questão da qualidade, ou seja, as secretarias de educação e as universidades;
- Seus princípios são o fortalecimento da escola pública e a crença de que os problemas da qualidade da educação não podem ser resolvidos isoladamente, e sim com cooperação;
- Existência de uma crença na capacidade das políticas públicas se constituírem em forças estratégicas ao solidificarem ações no enfrentamento das dificuldades educativas.

Dessa forma, o Pibid destacou-se como política governamental e tornou-se garantia de formação dada aos profissionais iniciantes de qualquer licenciatura, com vistas à docência repercutindo na alteração da política de estado por meio da Lei nº 12.796, de 2013 a qual altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. O artigo 62, § 5º, dispõe que: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.” (BRASIL, 2013)

Apesar de se configurar como uma política de estado voltada à formação docente, a crise político-econômica da sociedade brasileira, intensificada a partir de 2015, repercutiu nas ações do Pibid, uma vez que constantes ameaças de reestruturação e cortes financeiros foram colocados ao Programa. No entanto, por conta da pressão da comunidade acadêmica e dos professores da Educação Básica, no sentido de reafirmar a importância de manter o Programa, devido aos resultados na melhoria da formação inicial e continuada, as ações previstas no último edital puderam ser concluídas.

Apesar de somar avaliações positivas ainda se direciona a uma parcela muito restrita de instituições e estudantes. “Os 45 mil estudantes bolsistas que fizeram parte dele em 2013 representam apenas 4% dos cerca de 1,37 milhão de alunos matriculados nos cursos de licenciatura no Brasil.” (BARRETO, 2016, p.104). Mas, segundo Roque-Faria (2016), foi um “divisor de águas” na preparação do aluno à docência e para a formação inicial que acolhe e integra o futuro profissional. Uma vez que as atividades não se configuravam como uma experiência periódica, como é o Estágio Supervisionado, previsto nas matrizes curriculares universitárias, mas proporcionavam ao bolsista estudante explorar o espaço escolar e conhecer seu funcionamento.

No ano de 2018, dois editais foram lançados: um que confirma a permanência do Pibid, porém com alterações quanto aos projetos institucionais que podem contemplar diversos núcleos de iniciação à docência. Cada núcleo será composto por 24 a 30 discentes, 3 professores da escola e 1 professor da instituição de educação superior. Conforme edital nº 07/2018, item 5.3 “Serão disponibilizadas 24 bolsas na modalidade de iniciação à docência por núcleo. Para completar o número de 30 discentes, a IES será incentivada a **incluir participantes sem bolsa.**” (grifo nosso) (BRASIL, 2018, p.03). Os núcleos agrupam-se por subprojetos definidos segundo o componente curricular da Educação Básica para o quais são formados os discentes e esses devem estar regularmente matriculados na primeira metade do curso de licenciatura. O outro edital institui o Programa de Residência Pedagógica, que terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, incluindo o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades. Na escola-campo, o residente será acompanhado por um professor da Educação Básica, denominado preceptor. A orientação do residente será realizada por um docente da IES, denominado docente orientador. A coordenação do Projeto Institucional de Residência Pedagógica será realizada por um docente da IES, denominado Coordenador Institucional.

Cumprir destacar o indicativo do Decreto nº 8752 de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, em seu artigo 3º, já assegurava que os cursos de licenciatura contemplem carga horária de formação geral, formação na área do saber e formação pedagógica específica, de forma a garantir o campo de prática inclusive por meio de residência pedagógica. (BRASIL, 2016).

Os editais confirmam a permanência do Pibid como estratégia para conceder a continuidade do programa tão requerida pela comunidade acadêmica e ao mesmo tempo chancela a política do atual governo ao instituir o outro programa nomeado de Residência Pedagógica. A oferta dos dois programas concomitantemente é marcada por exigências e adequações a critérios quantitativos desconsiderando a ampliação de bolsas destinadas à estudantes e professores das IES e a professores e escolas da Educação Básica. Na verdade, ocorre uma divisão de bolsas com a criação do programa Residência Pedagógica, cuja racionalidade e o forte apelo ao voluntariado já passam a ser criticados pelas entidades de formação de professores.

Uma proposta alternativa: a Residência Pedagógica em conjunto com o Pibid

O Programa de Residência Pedagógica, lançado pelo edital CAPES nº 06/2018, tem como objeto abrir chamada pública selecionando Instituições de Ensino Superior para implementar projetos inovadores capazes de estimular a articulação entre teoria e prática nos cursos de

licenciatura em estreita parceria com os sistemas de ensino públicos de Educação Básica (BRASIL, 2018).

Trata-se de redimensionar programas ofertados à formação inicial, principalmente o Pibid, uma vez que o edital referente a esse programa, chamada de 2013 com início em 2014, encerrou-se em 28 de fevereiro de 2018. Assim, o anúncio de um novo programa denominado de Residência Pedagógica, vincula-se a manutenção de programas anteriores que ganharam notoriedade nos diversos setores da educação brasileira. Desse modo, os editais do Pibid e da Residência Pedagógica, lançados em conjunto pela CAPES, representam alternativas pautadas na correlação de forças entre grupos que reivindicavam a manutenção do Pibid, nesse caso destaca-se o Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forbipid), e representantes do MEC/CAPES preocupados em implementar algo inovador pela instituição de um novo programa.

A análise dos programas ancora-se em duas categorias distintas, mas articuladas entre si: a primeira, refere-se à racionalidade político-pedagógica implícita na organização e nos critérios requeridos pelos editais. A segunda, reporta-se ao financiamento destinado à implementação dos projetos pelas IES.

Em relação a racionalidade político-pedagógica, destaca-se que embora os programas possam ser ofertados separadamente, a critério das IES, as ações dos programas possuem uma continuidade didático-pedagógica. Ou seja, o Pibid, nessa nova edição, volta-se aos dois primeiros anos da licenciatura com ações relativas à compreensão da organização do trabalho pedagógico e administrativo das unidades escolares. “A iniciação à docência visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas” (BRASIL, 2018, p.02).

Já a Residência Pedagógica contempla a participação dos estudantes do terceiro e quartos anos, com o propósito de “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica” (BRASIL, 2018, p. 01). Outra questão preocupante é a necessidade de requerer “a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. Isso, de certa forma, desconsidera a autonomia das IES em relação aos seus projetos educativo/formativos relativos à formação docente. A criação desse programa pode ser uma ideia positiva desde que a mudança seja para articular a transição da graduação para o exercício profissional.

Nessa perspectiva, Nóvoa (2009) defende que muitas aprendizagens apenas ocorrem na prática cotidiana da escola. Não há como desenvolver certas habilidades apenas pelo viés teórico já que, na atuação docente faz-se necessário tomar decisões, resolver problemas imprevisíveis da prática de ensino, enfim, articular conhecimentos e habilidades para atingir os objetivos propostos. Isso significa dizer que quando a aprendizagem da profissão se dá no seu exercício, aproximando o conhecimento prático dos professores das escolas e a supervisão da universidade, a articulação entre diferentes saberes acontece inevitavelmente. A necessidade de encontrar soluções para casos concretos mobiliza saberes teóricos, que são imprescindíveis para sua resolução.

No entanto, Calderón e Strelec (2017) alertam para os riscos dos futuros residentes se tornarem mão-de-obra barata, contribuindo para restringir a contratação de novos professores. Riscos existem, e eles devem e podem ser minimizados. Além de medidas restritivas dessas e de outras práticas nocivas, é necessário um compromisso, de todos os atores, com a valorização do acompanhamento e a supervisão pedagógica do residente, dentro da dimensão formativa do processo.

Alves (2017) corrobora com essa posição ao sinalizar que esse programa se afasta do Pibid, uma vez que o Programa objetivou ao longo dos anos, fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação pública. Isso gerou relevância na formação docente ao aproximar o estudante bolsista da Educação Básica por meio de um projeto que reunia atividades de ensino, intervenção articuladas à pesquisa com indicativos muito claros de socialização dos resultados em eventos internos e externos promovidos pelas IES integrantes do Programa.

A proposta inicial do Pibid consistia em atender a todos os estudantes da licenciatura, permitindo-lhes essa vivência importante, o que não aconteceu, e agora, na proposta atual, não se sabe como será organizada a relação entre as universidades e a Educação Básica. Ademais, a proposta atual do Governo não apresenta perspectiva de reforço dos pontos fortes do antigo programa: o bolsista como um profissional em formação e não ocupando o lugar do docente na educação básica; aperfeiçoamento e valorização da licenciatura; integração entre as universidades e educação básica.

Segundo o governo, a Residência Pedagógica foi inspirada na residência médica, só que essa é remunerada e regulada, em alguns casos, até por concursos públicos. O que se vê para o ensino é um outro modelo que se materializa no decorrer da formação. Emergem, então, muitos questionamentos: ao privilegiar esse novo formato não estaríamos corroborando para precarizar o quadro docente das escolas? Como orientar e supervisionar tão elevado número de estudantes sem prejudicar o trabalho desenvolvido pelo professor regente? Como organizar a inserção dos estudantes em uma única turma, principalmente as turmas de anos iniciais e educação infantil? De que forma? Com que regularidade? Tal política estaria forjando a extinção definitiva de um programa de sucesso como o Pibid? Ao definir como critério a inserção de voluntários, não estaríamos criando internamente duas categorias de estudantes e professores, os bolsistas e os voluntários?

A grande vitrine dessa “nova política”, considerando os dois editais, é a implementação de 90 mil vagas. No entanto o que acontece é uma redistribuição de cotas de bolsas entre os dois programas. Assim, em relação ao financiamento, destinado à implementação dos projetos pelas IES, além das bolsas ofertadas aos participantes, não está claro como serão financiados os projetos. Ao contrário, o edital nº 061/2013 do Pibid sinalizava a preocupação em destinar recursos orçamentários, além das bolsas, para apoiar as atividades dos bolsistas. Destinou-se recursos de custeio “exclusivamente, ao pagamento de despesas essenciais à execução do projeto institucional, relacionadas a material de consumo, diárias, passagens e despesas com locomoção e prestação de serviços de terceiros (pessoa física e jurídica)” (BRASIL, 2013). Tais recursos foram essenciais para a compra de materiais, necessários ao desenvolvimento das atividades dos projetos relativos as particularidades de cada área do conhecimento, incentivo à organização e participação em eventos de natureza técnico-científica, organização de livros e elaboração de materiais didáticos. Vale considerar que o edital 061/2013, no item 3.2.2 definiu que: “A base de cálculo para concessão dos recursos de custeio é de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por licenciando, por ano, limitado à disponibilidade orçamentária. O valor máximo a ser concedido é de R\$30.000,00 (trinta mil reais) por subprojeto, por ano.” (BRASIL, 2013).

A questão do financiamento tem imbricações na racionalidade político-pedagógica imputada à formação dos docentes. Ao destinar somente bolsas pretende-se trilhar por caminhos já famigerados da formação. Ou seja, propor implementação de projetos inovadores sem investimento financeiro. Reitera-se, nesse sentido, que a possibilidade de investimento para a organização e participação em eventos e publicações possibilita também a formação do professor-pesquisador a partir de uma racionalidade crítico-emancipatória.

Notas conclusivas

As reflexões teóricas desse estudo indicam que o momento contemporâneo vivenciado pelas políticas de formação de profissionais para a Educação revela um processo de reestruturação. Porém, as ações tomadas podem não construir a direção segura e articular a almejada qualificação da Educação Básica, uma vez que ações dessa natureza necessitam também de aporte financeiro e, no contexto de Emenda

Constitucional Nº. 95/2016, não há prescrição de novos investimentos. Além disso, a profissão docente precisa ser valorizada nos processos de formação, qualificação, carreira e salários, além das condições de trabalho também não ventiladas nesse novo “pacote”.

A formação docente abordada neste ensaio exprime a possibilidade de articular ações entre a Universidade e a Educação Básica, por meio do Pibid e da Residência Pedagógica. Nessa direção, os compromissos de qualquer universidade estão associados ao *compromisso acadêmico*, com a formação de novas gerações; ao *compromisso profissional*, no que tange à formação de novos profissionais, e ao *compromisso institucional*, com a comunidade no seu entorno.

Certamente o Pibid se constitui em um importante marco regulatório e estratégico, pois, como tudo indica contribui para o enfrentamento da questão da melhoria do ensino nas escolas públicas. Igualmente, ressalta a característica articuladora entre os vários segmentos e esferas que perfazem a educação.

A conclusão é indicativa de que a realidade das escolas e da qualificação e profissionalização dos professores não se constituem em fenômenos isolados, mas inseridas na totalidade de uma realidade que apresenta conflitos e contradições. Nesse sentido, as discussões sobre a temática abordada exprimem a conjuntura de políticas educacionais e a diversidade histórico-contextual da sociedade.

É imprescindível compreender que as ações de formação, independentemente se organizadas como políticas educacionais ou programas institucionais contribuem de alguma maneira para qualificação dos professores. Assim, considera-se que cada projeto ou programa desenvolvido e implantado a partir do governo federal, com articulação entre Educação Básica e Superior, tem uma finalidade em um determinado contexto sócio-histórico e atende a uma demanda específica.

Muitas associações e entidades do campo da educação já se posicionaram em relação ao processo de substituição gradativa do Pibid para a Residência Pedagógica, informando que não contém elementos que permitam falar de avanços, muito menos de grandes alterações na formação de professores. Neste sentido, não são inovações, são apenas reorganizações das propostas com outros títulos, ressignificando termos, como já realizado em outros tempos. A definição para as ações e encaminhamentos regimentados pelo MEC, especificamente, não são apenas o desmonte de programas de sucesso, mas também o resgate de um projeto nacional, em curso no Brasil desde o final da década de 1990, cuja concepção de educação e sociedade aliou-se intensivamente ao mercado e que nesse momento volta à cena.

As entidades sempre defenderam uma política nacional de formação de professores articulada com o sistema de ensino e as instituições formadoras. Isto porque sempre aconteceram programas que, muitas vezes, não se articulavam as políticas públicas para a Educação, isso acentua o tecnicismo e a precarização da compreensão da docência e de sua formação. É possível que a residência pedagógica também assuma esse papel, e isso, só os próximos encaminhamentos poderão mostrar a abordagem que será oferecida e implementada.

O conhecimento, a pesquisa e o respeito à diversidade de povos e culturas são imprescindíveis para a construção de políticas públicas educacionais voltadas à formação docente. Para tanto, é necessário desenvolver projetos educativo/formativos com base em uma sólida formação teórica e interdisciplinar, aliada à pesquisa, à unidade entre teoria e prática, à gestão democrática e ao diálogo intercultural com a finalidade de uma formação humana integral.

Referências

ALVES, M. F. *Política nacional de formação de professores e programa de residência pedagógica*. 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-miriam-fabia-alves-ufg-politica-nacional-de-formacao-de-professores-e-programa>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Sobre implicações nas políticas docentes da formação de professores com base na escola*. In: SPAZZIANI Maria de Lourdes (org.) *Profissão de professor: cenários, tensões e perspectivas*. São Paulo: editora Unesp, 2016. p. 97-115

B R A S I L . *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

_____. Edital MEC/CAPES/FNDE de 12 de dezembro de 2007. *Seleção pública de propostas de projetos de iniciação à docência voltados ao Programa Institucional de Iniciação à Docência*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

_____. Edital CAPES/DEB Nº 02/2009 – *PIBID* de 25 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

_____. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Edital Nº 018/2010/Capes – Pibid - Municipais e Comunitárias, abril De 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

_____. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência* Edital Nº001/2011/Capes de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

_____. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência* Edital Capes Nº 011 /2012 de 19 de março de 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.

_____. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Edital Capes Nº 061/2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. Decreto N. 8.752 de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a *Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

_____. *Emenda Constitucional* Nº. 95/2016. Disponível em: <. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

_____. *Programa de Residência Pedagógica*. Edital Capes nº 06/2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2018.

_____. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID*. Edital Capes nº 07/2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf> Acesso em: 26 de março de 2018.

CALDERÓN, A. I.; STRELEC, T. C. Residência pedagógica: rede pública e universidade precisam conversar. In: *Nova Escola*. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9121/residencia-pedagogica-universidade-e-redes-de-ensino-precisam-conversar>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. *Universidade e pesquisa: espaços de produção do conhecimento*. Pelotas: UFPel, 2009.

GATTI, B. *et al.* *Um estudo avaliativo do programa institucional de bolsa de iniciação á docência (PIBID)*. Fundação Carlos Chagas/ CAPES. São Paulo: FCC/SEP 2014.

KRAHE, E. D. *Sete décadas de tradição: ou a difícil mudança de racionalidade da pedagogia universitária nos currículos de formação de professores*. FRANCO, M. E. D. P.; KRAHE E. D. (orgs.) *Pedagogia universitária e áreas de conhecimento*. Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdUPucrs, 2007.

NÓVOA, A. *Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

ROQUE-FARIA, H. J. O PIBID - língua portuguesa em atuação na educação de jovens e adultos. *Revista Panorâmica On-Line*. Barra do Garças, vol. 21, p. 155 - 174, ago./dez. 2016.